

Fronteiras da “italianidade”: representações entre gerações na cidade de Toledo/PR

Carlos Eduardo Bao¹

Resumo: O texto aborda as relações étnicas e geracionais contemporâneas entre os(as) ditos(as) “descendentes de italianos(as)” na cidade de Toledo, Unidade Federativa Paraná, Brasil. O objetivo da pesquisa pautou-se por compreender a resignificação das fronteiras étnico-geracionais da “italianidade” nas representações desses(as) descendentes explicitando sua gênese e explicando sua (re)configuração social no espaço-tempo como parte integrante de um movimento mais abrangente de modernização das relações sociais no local. Para isso entrevistei 16 descendentes de “italianos(as)” de faixas etárias e gerações diferenciadas, apropriando-me de suas memórias e interpretando suas narrativas partindo de aspectos relativos a suas interações cotidianas. O contraste de suas representações, estabelecido por meio das fronteiras geracionais, permite verificar as consonâncias e as dissidências acerca da “italianidade” entre as gerações, indicando uma possível descontinuidade geracional desse grupo étnico no local, embora também indique a apropriação da lógica hierárquica da diferenciação étnica pela geração mais atual de descendentes. Por meio desse arranjo, é possível vislumbrar as disputas e negociações geracionais acerca das representações étnicas da “italianidade” na cidade de Toledo em sua interface com o processo mais abrangente de modernização das relações sociais.

Palavras-chave: Italianidade; fronteiras; gerações.

Contextualizando a problemática...

O presente artigo é corolário de um estudo sociológico² acerca das relações (WEBER, 1999) identitárias e geracionais experimentadas entre o “grupo étnico” (BARTH, 1998) tido como de “descendentes de italianos(as)” na/da cidade de Toledo, Unidade Federativa Paraná, Brasil. O recorte metodológico-temporal delinea-se na perspectiva de uma história do tempo presente, pois essas relações inserem-se num contexto bastante contemporâneo de (re)afirmação da “italianidade”³ por meio de ações sociais que visam à manutenção das “fronteiras” (FAULHABER, 2001) étnicas desse grupo identitário e sua dinâmica geracional intra-étnica, fenômeno em aparente mudança desde meados da década de 1980 no local. Além

1 Doutorando em Sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista CAPES. carloseduardobao@hotmail.com

2 Refiro-me à dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob o título “Fronteiras da ‘italianidade’: representações entre gerações na cidade de Toledo/PR (1990-2014)”, 2014. O texto presente consiste basicamente numa reprodução revisada da introdução da dissertação, disponível para consulta em: <http://tede.ufsc.br/teses/PSOP0471-D.pdf>

3 Em suma, “italianidade” é o termo utilizado para caracterizar a identidade cultural dos “italianos” e seus/suas descendentes por parte da literatura especializada na temática. Cf. Colognese, 2004.

disso, a perspectiva temporal considera as “representações”⁴ (MOSCOVICI, 2009) de relações “do passado” a partir das interpretações “do presente”, afirmando que a memória social parte sempre do tempo presente ao refletir acerca do passado (BOSI, 1987; HALBWACHS, 2006). O estudo visou compreender como se processam essas “identidades culturais” (OLIVEIRA, 1976; HALL, 2000) ao longo das “gerações” (MANNHEIM, 1993), procurando subtrair ao máximo a marcação cronológica e substituí-la por um encadeamento mais fluído do tempo (SIRINELLI, 1998) onde as relações (e as sucessões) geracionais são a chave para se compreender tais fluxos de continuidades e descontinuidades socioculturais.

As relações identitário-geracionais vivenciadas por esses descendentes de italianos no/do local indicado figuram como representações que não são exclusividade do local, pois estão atreladas ao contexto mais amplo das relações neocoloniais entre povos ditos colonizados e colonizadores. Segundo Mignolo (2003), a “diferença colonial”⁵ age nos interstícios do “imaginário”⁶ mais abrangente da “modernidade/colonialidade”⁷ mantendo subalternizados os segmentos sociais e culturais que descendem dos povos colonizados, numa relação neocolonial que sobrevive à descolonização territorial das metrópoles sobre suas colônias, isto é, que se mantém no imaginário social após o fim do colonialismo. Nesse sentido, a “italianidade” apresenta-se como uma diferenciação interessada em preservar um lugar social privilegiado para os descendentes de italianos (e italianas) no interior das fronteiras simbólicas da “civilização europeia”, tida como de “Primeiro Mundo”, em detrimento do pertencimento exclusivo ao rebaixado “Terceiro Mundo” onde inclui-se a chamada “América Latina” (MIGNOLO, 2003). Portanto, a “italianidade”, compreendida como uma “identificação” étnica (OLIVEIRA, 1976) em torno de “origens comuns”

4 Na concepção desse estudo a noção de representação aproxima-se da de imaginário, pois “trata-se de um conjunto de discursos e enunciações que formam imagens, símbolos, sonhos, aspirações, fantasias e emoções que são compartilhadas por determinado grupo de pessoas para ativar certas representações e estabelecer sentidos comuns acerca dos fatos que atravessam a vida cotidiana. Nesse sentido [...] o “imaginário social” pode ser considerado como “um campo de disputas pelo poder”, sobretudo nos momentos de “mudança política ou social”, quando “os projetos identitários estão se diversificando” (CARNIEL, 2013, p. 129).

5 “A diferença colonial é o espaço onde as histórias locais que estão inventando e implementando os projetos globais encontram aquelas histórias locais que as recebem; é o espaço onde os projetos globais são forçados a adaptar-se, integrar-se ou onde são adotados, rejeitados ou ignorados. A diferença colonial é, finalmente, o local ao mesmo tempo físico e imaginário onde atua a colonialidade do poder, no confronto de duas espécies de histórias locais visíveis em diferentes espaços e tempos do planeta” (MIGNOLO, 2003, p. 10).

6 A respeito do conceito de “imaginário”, Mignolo (2003, p. 48) afirma ser sua interpretação que “[...] o imaginário não se confunde com ‘o sentido laciano amplamente aceito, que opõe o Imaginário ao Simbólico e ao Real’ [...] o imaginário inclui todas as formas pelas quais uma cultura percebe e concebe o mundo”.

7 O “sistema mundial colonial/moderno” concebido por Walter Mignolo (2003) trata-se, em linhas gerais, da concepção de um determinado modelo social, econômico, político e cultural de relações e práticas sociais gestado na Europa em retroalimentação com suas colônias nos continentes americano, africano e asiático. Nesse sentido nunca houve “modernidade”, mas uma “modernidade/colonialidade”.

(POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998; WEBER, 1999; BARTH, 1998) ligadas ao território nacional na hoje Itália, supostamente garantiria uma origem sociocultural “superior” aos descendentes de italianos de/em Toledo com relação a todas as “outras” pessoas que não possuem tal ascendência, isto é, que descendem dos povos colonizados, tais como os(as) “ameríndios(as)” ou os(as) “negros(as)”.

Nesse imaginário, o pertencimento ancestral é garantido majoritariamente pela consanguinidade e o decorrente parentesco entre um antepassado nascido no interior dos limites do território que compõe a jurisdição da hoje Itália e um contemporâneo nascido em outro território nacional qualquer, desde que comprove via documentação legal (ou legítima) que sua genealogia remonta àquela ancestralidade. Nesse caso o contemporâneo pode acumular duas cidadanias (ao menos no caso do Brasil), que caracterizam uma “identidade hifenizada” (WALZER, 1999). Esses pertencimentos são considerados como “performativos” (BHABHA, 2003), pois estabelecem uma relação linear entre passado e presente fazendo crer que há uma linha invisível conectando essas duas temporalidades e, assim, as pessoas que ocupam (e que ocuparam) tais lugares sociais nos tempos em questão. A comprovação e o vínculo com esse lugar social, a “italianidade”, para os descendentes no Brasil garantiria, além do passaporte bordô (e o livre acesso aos países da Comunidade Européia) a participação nos quadros de uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2005) inscrita no interior das fronteiras da “civilização Ocidental”, que é considerada como “superior” à dita “civilização Oriental” nesse imaginário neocolonial (SAID, 2004). Com isso, há o engendramento de uma relação de dominação intra-Sul (NOPES, 2012) que tende a hierarquizar os grupos étnicos ocupantes do mesmo território político de acordo com seus “pertencimentos ancestrais”. É por meio dessa hierarquização que se estabelece a diferenciação e entre a “região Sul”⁸ do Brasil, supostamente mais “moderna”, “desenvolvida” e “progressista” e entre o dito “Nordeste”, tido como “atrasado” e “subdesenvolvido” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999). Diferenciação essa que é apropriada entre os(as) habitantes da cidade de Toledo sob a mesma lógica e com algum adicional, como é o caso da diferenciação entre o cidadão e o dito “colono”, supostamente “matuto” e “atrasado” em relação ao primeiro.

⁸ “Historicamente, as regiões podem ser pensadas como a emergência de diferenças internas à nação, no tocante ao exercício do poder, como recortes espaciais que surgem dos enfrentamentos que se dão entre os diferentes grupos sociais, no interior da nação. A regionalização das relações de poder pode vir acompanhada de outros processos de regionalização, como o de produção, o das relações de trabalho e o das práticas culturais, mas estas não determinam sua emergência” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p. 25-26).

O Estado-Nação, criação da intelectualidade européia, é a instituição política por meio da qual se dissemina o projeto global de modernização das antigas colônias européias no reconstruído arranjo da dominação internacional (e intercontinental) após a descolonização. Nesse renovado esquema de dominação, o Estado Nacional é constituído sobre determinado território como possuidor exclusivo e de direito sobre tudo e todos os habitantes internos a suas fronteiras, o denominado “povo”. Especialmente no período de 40 anos anterior à Primeira Guerra Mundial, são inventadas um sem número de tradições nacionais (HOBBSMAWM, 1997) cujo interesse é a criação de nações, ou melhor, de unidades nacionais sobre determinado território que açambarcasse todos os indivíduos ali instalados, fazendo com que se sentissem parte dessas emergentes comunidades imaginadas. Para que isso pudesse ocorrer muitas culturas locais foram suprimidas em prol da almejada unidade nacional. Entretanto, nem todos os grupos étnicos são contemplados na história de cada nação, assim como é institucionalizada (via educação escolar) apenas uma língua e uma visão histórica da constituição da nação em detrimento de todas as outras histórias marginalizadas que compunham, originariamente, a multiplicidade cultural dos locais anteriormente à instituição da nação moderna. Na formação de Estados-nação sempre houve grupos que se apropriaram da máquina política para estabelecer interesses próprios sob o signo da pluralidade constitucional, criando uma série de mitos e ritos que institucionalizam e consagram (BOURDIEU, 2008) determinados signos como vetores de uma univocidade nacional, mas que na realidade são expressões de interesses particulares (WALZER, 2009; SILVA; NOPES; VILELA, 2012). No caso do Brasil, o Estado foi organizado pelas “elites coloniais” da época, eminentemente composta por grupos ligados aos interesses dos “lusobrasileiros”, “europeus” assim como os italianos – embora os últimos não ibéricos.

Identificando relações e relativizando identidades: gerações e “italianidade” no contexto

O território físico onde se inscreve a chamada “região Oeste” da Unidade Federativa Paraná foi ocupado durante a segunda metade do século 20. A dita “colonização” dessa região foi um empreendimento dirigido pela iniciativa privada em consonância com os interesses do governo brasileiro na ocasião, administrado pelo então Presidente Getúlio Vargas. Os proprietários e dirigentes da empresa colonizadora ”MARIPÁ”⁹, cujo escritório matriz ficava na cidade de Porto Alegre-RS, eram oriundos das Unidades Federativas Rio Grande do Sul e

9 Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A.

Santa Catarina. Todos os sobrenomes dessas pessoas remontavam às ditas origens “italiana” e “germânica”, fazendo valer seus interesses em aceitar apenas seus homônimos étnicos para a povoamento do território em questão (GREGORY, 2002; WACHOWICZ, 1982). Ou seja, na “colonização privada” da região Oeste do Paraná, eram aceitas apenas pessoas cujas ditas “origens” eram associadas aos quadros étnicos “europeus”, com baixíssima participação de “outras” nacionalidades como a “japonesa” e nenhuma participação de “negros(as)” ou “indígenas”. Os ditos “guaranis”, ou “paraguaios” eram contratados apenas para a derrubada das matas ali preponderantes durante os primeiros anos da ocupação (entre 1946 e 1952) para a limpeza e posterior demarcação dos lotes (colônias) e a abertura de estradas de acesso entre a então incipiente região e o restante do território nacional. A esses sujeitos, assim como aos ditos “nortistas” era vetada a venda de terras, pois se acreditava que representavam risco ao empreendimento civilizatório na região, uma vez que eram (são) considerados “inferiores” aos “europeus”, isto é, “menos” (ou não) “desenvolvidos” – ou ainda “incivilizados”.

Entretanto, após a primeira década de ocupação do local a pequena Vila Toledo foi alçada à condição de Município pelo então Governador do Paraná Bento Munhoz da Rocha Neto. A partir de então o vilarejo passou a aspirar pela condição de “cidade moderna”, espaço de “progresso” e permitiu a entrada de diversas indústrias de grande e médio porte no local – como a antiga SADIA¹⁰. Isso fez com que houvesse um alto fluxo populacional renovando o ambiente étnico predominante na cidade, devido à necessidade de força de trabalho. Com isso, tornou-se difícil o controle dos acessos à cidade sob a lógica desenvolvimentista do capital e o local passou a viver os alvares de sua modernização. Nesse ínterim, o então relativamente homogêneo quadro étnico (e social) do local foi sendo gradativamente diluído na heterogeneidade da cidade, fazendo com que os ocupantes originários da colonização (descendentes de “italos” e “teutos”) sentissem a perda de privilégios e de visibilidade social e passassem a empreender ações com vistas à evidenciação de sua posição social, considerada pelos próprios como estando ligeiramente “acima” da maioria dos novos ocupantes do local. Assim é que, na década de 1980, iniciam-se diversas ações com o interesse na criação e na manutenção da diferença entre os chamados “pioneiros(as)” do local, eminentemente descendentes de “europeus” e os “Outros”, pessoas oriundas de pertencimentos étnicos heterogêneos entre si chegadas na cidade, em sua maioria, interessadas em trabalhar nas emergentes empresas recém instaladas no local. Com isso o grupo étnico de descendentes de

10 Antiga agroindústria proveniente da Unidade Federativa Santa Catarina, atualmente sob administração da multinacional “BRfoods”.

italianos empreendem ações no sentido de consagrar a própria cultura e, logo, o lugar social que ocupam – ou desejam ocupar – no interior do sistema mundial colonial/moderno. Entre elas a criação das associações étnicas abordadas nessa pesquisa, espaços de fomento e reinvenção da “italianidade” (COLOGNESE, 2004), caracterizadas ainda como ações “pedagógicas” (BHABHA, 2003) interessadas em socializar a geração mais nova de descendentes e orientá-la no sentido da manutenção e da perpetuação dessa tradição, ou melhor, dessa diferença.

Segundo Colognese (2004), houve uma “efervescência étnica” entre os descendentes de italianos instalados no “Sul” do Brasil especialmente na década de 1990. Em Toledo esse processo é visível por meio do aumento da procura pela obtenção da cidadania italiana nessa época, assim como pelas iniciativas de fomentação da “italianidade”, como os encontros de parentelas e a criação de associações étnicas como o Centro Cultural Ítalo-Brasileiro (criado em 1992) e o *Instituto comunità italiana La Svolta* (Instituto Comunidade Italiana A Volta) (criado em 2004). Porém, ainda durante a primeira metade da década de 2000, supostamente passa a vigorar no local um processo de “descontinuidade étnica” entre os descendentes de italianos (COLOGNESE, 2004). Essa constatação é derivativa das narrativas de seus/suas entrevistados(as) (*Idem*, 2004), fomentadores da “italianidade” no local, segundo os quais a nova geração, tida como a “quarta coletividade geracional” (COLOGNESE, 2011), não estava interessada em participar das associações étnicas e das atividades de fomentação da “italianidade”, relegando as associações ao ostracismo e fazendo crer que essa identidade étnica estria fadada ao desaparecimento no local. Nesse sentido, as associações étnicas também configuraram espaços pedagógicos de tentativa de reprodução da “italianidade” entre a geração mais nova de descendentes. Atualmente as atividades de fomento da “italianidade” decresceram consideravelmente na cidade de Toledo, assim como foram fechadas ambas as associações étnicas, sugerindo que há um processo de diluição dessa identidade étnica no local e fazendo crer que os “culpados” por essa situação são os sujeitos pertencentes à “quarta coletividade geracional” de descendentes devido à falta de interesse e de “militância étnica”.

Segundo Hall (2003), vivemos na contemporaneidade um processo de “descentramento” ou mesmo de “fragmentação” das identidades culturais devido à lógica global mais abrangente da pós-modernidade, onde, diferentemente da concepção do sujeito racional da modernidade, o sujeito pós-moderno é multifacetado, está atrelado a um sem número de pertencimentos que são mais fluidos e cambiantes. A modernização da cidade de Toledo, e conseqüentemente de suas relações sociais, entretanto, proporcionou um “contato

original” (MANNHEIM, 1993) da “quarta coletividade geracional” com o contexto sócio-histórico que as gerações anteriores ou não experimentaram ou apenas viveram parcamente durante sua infância e adolescência, fazendo com que haja mudanças substanciais nas representações identitárias da geração mais atual e levando a crer que foi destituída de todo seu pertencimento étnico “tradicional” – o que, de acordo com meu argumento, não parece proceder. Em suma, a cobrança da “terceira coletividade geracional” (eminente a geração empreendedora da já citada “efervescência étnica”) sobre a “quarta coletividade” gira em torno da manutenção da diferença colonial da “italianidade”. Nesse sentido, o temor das gerações mais velhas de descendentes de italianos não é apenas que os filhos e filhas esqueçam a história (e as histórias) de suas origens sociais e culturais (a história da imigração e da migração), mas que sejam tragados pela lógica da globalização que, nessa perspectiva, tende a homogeneizar as culturas abrangidas e inseri-las no interior de uma mesma cultura global. Se isso ocorrer, presume-se que seja o fenecer da “italianidade” e, com esse fim, que todos os sujeitos passem a ocupar o mesmo lugar social e, logo, a ser considerados como iguais não mais apenas em nível teórico/abstrato e/ou político, mas nas relações sociais cotidianas, isto é, que feneça também a lógica da diferença colonial e o imaginário que sustenta sua convicção de “superioridade humana e cultural” (raça e etnia) – o que também não parece proceder, tal como argumento adiante.

A pesquisa foi composta por um quadro metodológico pautado na pesquisa qualitativa e empreendida por meio de entrevistas semi-estruturadas. Os entrevistados(as) foram selecionados por meio da técnica chamada *snow Ball*, onde o pesquisador indica um ou mais interlocutores e solicita a esses que indiquem outros, permitindo que se desenhe a rede de relações que há engendrada entre eles (COMBESSIE, 2004). Foram entrevistados(as) 16 pessoas ao todo, especialmente as pertencentes às “terceira” e “quarta” coletividades geracionais de descendentes. Dessa maneira foi possível contrastar as representações geracionais acerca da “italianidade” e verificar consonâncias e dissidências nas “fronteiras geracionais” (COLOGNESE, 2011), eminentemente acerca da dita “triade de valores centrais” dessa identidade étnica, quais sejam as representações de “trabalho”, “família” e “religião” (COLOGNESE, 2004). Contudo, minha intenção foi além do mero contraste de representações. Procurei evidenciar os interesses em jogo e as negociações identitárias entre as gerações, procurando perceber quais as “intenções primárias” (MANNHEIM, 1993) que unem e movem (ou não) as diferentes gerações em suas trocas cotidianas e por que a “terceira coletividade geracional” de descendentes está mais interessada em perpetuar a “italianidade”

do que a “quarta coletividade”. Para isso usei esmiuçar suas memórias (BOSI, 1987; HALBWACHS, 2006) e operei a interpretação de suas narrativas (LALANDA, 1998).

Os resultados obtidos por meio das narrativas dos sujeitos indicam questões bastante interessantes, interpretadas fundamentalmente com base numa concepção de “gerações” social e histórica (MANNHEIM, 1993; YNCERA, 1993; FEIXA; LECCARDI, 2010; MOTTA; WELLER, 2010; WELLER, 2010), isto é, que associa o ritmo biológico da vida ao contexto espaço-temporal compartilhado pelos coetâneos. O cruzamento das (auto)biografias individuais com o contexto social permite a fusão entre indivíduo e sociedade, ou melhor, entre o tempo biográfico e o tempo histórico (ABRAMS, 1982), cindindo um lócus profícuo de observação e análise sociológica por meio dessa relação. Além disso, a análise geracional é empreendida a partir das “fronteiras geracionais” (COLOGNESE, 2011) e não dessa ou daquela geração em específico. Isso permite que as gerações sejam compreendidas relacionalmente em vez de isoladas e abstraídas, não tomadas como constituídas “em si mesmas”, mas dependentes das relações que as circundam. De acordo com Mannheim (1993) há três possibilidades de formação geracional, divididas em “posição geracional” (*generationslagerung*), “conexão geracional” (*generationszusammenhang*) e “unidade geracional” (*generationseinheit*), sugerindo que as relações entre os sujeitos pertencentes a determinada geração sejam relativizadas de acordo com a intensidade não apenas de sua intersubjetividade (DOMINGUES, 2002), mas de suas interações objetivas.

Além dessa perspectiva geracional sócio-histórica há ainda o cotejamento, em algumas análises, com uma noção mais generativa de gerações na perspectiva da família e do parentesco (DONATI, 1999; EISENSTADT, 1976; SCOTT, 2010), onde a composição das gerações se pauta pela relação entre a posição individual ocupada no interior das relações familiares e o lugar social ocupado nas relações em sociedade mais ampla. Nesse sentido, é possível que um indivíduo esteja “filho” em família e “adulto” em sociedade, por exemplo, ou ainda “pai/mãe” em família e “jovem” em sociedade. O tangenciamento com essa perspectiva mais antropológica de gerações se justifica pela necessidade analítica das relações geracionais no interior das famílias, onde a coabitação entre as diferentes gerações (RAMOS, 2006) cria espaços de transmissão cultural-geracional (ROCHA-COUTINHO, 2006) e possibilita o contato diário entre as gerações, garantindo que as representações geracionais se retroalimentem e se comuniquem na conformação do cotidiano.

Segundo Colognese (2011) é possível distinguir quatro coletividades geracionais entre os descendentes de italianos radicados originariamente na “região Sul” do Brasil. A primeira

seria marcada majoritariamente pelo processo de emigração, isto é, são os imigrantes que saíram da hoje Itália no período da “grande imigração italiana” para o Brasil na década de 1870. A segunda coletividade geracional é marcada pela experiência colonial no território da Unidade Federativa Rio Grande do Sul ou então (posteriormente) em Santa Catarina, onde passam a ser identificados como “italianos(as)” pelos “Outros”, uma vez que esses emigrantes e seus/suas “descendentes” não identificavam-se por meio da nacionalidade italiana, pois quando de sua saída o país ainda não havia sido completamente unificado. A “terceira coletividade geracional” é formada por sujeitos inseridos no contexto da modernização do país, isto é, socializados em ambiente mais urbanizado haja vista sua relação com o espaço rural. Essa “terceira coletividade geracional” é a responsável pela nostalgia daquela já citada efervescência étnica constatada durante a última década do século passado. Por fim, a “quarta coletividade geracional” é constituída por sujeitos que ou desconhecem a experiência marcadamente rural dos antepassados ou apenas as conhecem por meio de “memórias herdadas”, isto é, pelas narrativas de seus pais, mães, tios, tias, avôs e avós... Essa geração é completamente integrada à vida urbana e possui tons mais cosmopolitas de relações sociais, pois apresenta um contato original (desde o nascimento) com um contexto social altamente diferenciado do contexto de seus progenitores.

Por meio desse arranjo geracional é possível perceber como os eventos históricos de relevo são marcadores de diferenças nas experiências geracionais. Não obstante, acredito que essas diferenças devem ser pontuadas por meio de uma articulação geracional que não as encadeie num sentido linear e seriado (“primeira”, “segunda”, “terceira”, “quarta” geração e assim sucessivamente), e sim marcadas por títulos mais qualitativos que não estanquem suas relações recíprocas. Por isso sugiro sua renomeação em, respectivamente: “geração Itália”, “geração Brasil”, “geração cidade” e “geração mundo”. Cada uma associada ao contexto social e histórico mais marcante em sua experiência. A penúltima e a última, sobre as quais me debruço de maneira mais detida, precursoras respectivamente de socialização em ambiente urbano/modernizado e à experiência social num planeta altamente conectado, dinâmico e global.

O fato de as duas associações étnicas criadas em Toledo terem encerrado suas atividades e a constatação de que os “jovens” não estariam participando da comunidade italiana local, nas narrativas dos entrevistados de colognese (2004), sugerem que a “geração mundo” (quarta coletividade geracional) não se identifica por meio da “italianidade” e, logo, que há na cidade um processo de descontinuidade étnica. Entretanto, de acordo com minhas

investigações, isso não parece proceder. Baseado nas próprias narrativas dos descendentes pertencentes à “geração mundo” é possível perceber que, muito embora não empreendam ações sociais de fomentação da “italianidade” como é o caso da “geração cidade” (terceira coletividade geracional) e em menor medida da “geração Brasil” (segunda coletividade geracional), ainda se reconhecem como “descendentes”, ou seja, mantém a noção étnica de uma “origem comum” pautada em noções de “comunidade de sangue” e ancestralidade territorial.

A “unidade geracional” (MANNHEIM, 1993) formada por um segmento oriundo da conexão geracional chamada “geração cidade”, promotora da efervescência étnica por meio da criação de associações étnicas, encontros de parentelas e alto índice de procura pela obtenção da cidadania italiana (entre outras ações), passa a sofrer uma decadência em suas atividades, levando a crer que há uma “descontinuidade étnica” entre esses descendentes na cidade de Toledo. O estudo constata que as narrativas dos sujeitos pertencentes à “geração mundo” indicam apropriação da lógica da diferenciação étnica por meio das noções de “origens comuns”, muito embora possa destoar quanto a aspectos de “tolerância” (WALZER, 1999). O que leva a crer que há no local um processo de descontinuidade “geracional” e não propriamente “étnica”.

Considerações finais

Por meio dessa perspectiva de pesquisa foi possível revelar o aspecto não romantizado da identidade cultural, a faceta hierarquizante da representação étnica e seu imbricamento com relações étnico-raciais históricas entre determinadas cosmovisões de humanidade que, ao cruzarem-se, construíram entre si laços permanentes – embora não imutáveis. O acesso legítimo à “italianidade” manifesta-se pelo chamado *jus-sanguinis*, quando o direito à cidadania do país dá-se por vias de consanguinidade e, logo, do parentesco e da ancestralidade. A preservação do sangue e da “raça”, via sobrenome, garante o acesso legítimo à comunidade nacional italiana; o que não quer dizer que nós, os “latino-americanos”, sejamos aceitos igualmente pelos cidadãos italianos autóctones – na medida em que essa palavra faz sentido. Portanto, no Brasil e entre cidadãos brasileiros, ainda que descendentes de italianos, sustentar uma auto-imagem associada à “italianidade” significa imediatamente diferenciar-se dos demais brasileiros não-descendentes de italianos, e esse fato por si só já é representativo de uma tentativa de hierarquização e dominação intra-sul, isto é,

entre conterrâneos nacionais. Nas aparências de um paradoxo, isso ocorre por vias de uma segunda identidade nacional vinculada a um imaginário tradicional consagrado, mormente pelo peso e significado que a “cultura italiana” representa na história do Ocidente. São os colonizadores: a vanguarda de um modelo de civilização pautado num ideal comum de trabalho, de família, do “homem” branco, cristão e heterossexual, em suma.

A tentativa de perpetuação desse lugar social relativamente privilegiado no interior das fronteiras do sistema mundial colonial/moderno justifica a ação pedagógica promovida por parte das gerações mais antigas sobre as mais atuais. Evidentemente, a manutenção de uma identidade cultural e de seu lugar depende da guarnição de suas fronteiras, de suas diferenças, ao longo do tempo. A perpetuação da diferença da “italianidade” só estará garantida se os subsequentes descendentes assim se reconhecerem. No entanto, mesmo que isso ocorra, a constante mudança dos padrões e das relações sociais impostas pela dinâmica atual da modernidade/colonialidade faz com que haja descontinuidades constantes, comportamentos ambivalentes, rupturas conservadoras. Portanto, podemos constatar que há fronteiras/diferenças mesmo no interior da uma mesma identidade cultural e também étnica, que no caso são fronteiras eminentemente temporais e caudalosamente culturais.

A fragmentação do sujeito na contemporaneidade garante seu múltiplo vínculo, sua constituição multifacetada, sua ambivalência. As identidades pós-modernas são menos porosas que as tradicionais, flutuam mais velozmente pelo espaço e conectam-se de maneiras muitas vezes aparentemente paradoxais. Resta a nós a aventura de observação e compreensão dessas novas dinâmicas socioculturais, para que possamos almejar possibilidades de explicação da realidade dinâmica da identidade pós-moderna sem fenecer nas armadilhas da essencialização dos processos e relações sociais.

Perseguir as nuances geracionais das identificações socioculturais é um caminho prolífico, especialmente se a análise consistir nas múltiplas apropriações dos símbolos que compõem essas identidades-identificações, numa perspectiva relacional que não escamoteia nem exclui as ambivalências, ao contrário, evidencia-as em sua contingência social. Faço minhas, por fim, as palavras de Ecléa Bosi (1987, p. 376), para quem “[...] ‘paradoxo’ é o nome que damos à ignorância das causas mais profundas das atitudes humanas”.

Referências

- ABRAMS, Philip. **Historical sociology**. Shepton Mallet: Open Books, 1982.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo, SP: Cortes, 1999.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo, Ed. 70, 2005.
- BARTH, Fredrick. Grupos étnicos e Suas Fronteiras. In POUTIGNAT, Philipp.e STREIFF-FENART, Joceline. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo, SP: UNESP, 1998.
- BARTH, Fredrick. Etnicidade e o Conceito de Cultura. In: **Revista Antropolítica** (ISSN - 1414-7378). Dossiê: fronteiras e passagens: fluxos culturais e construção da etnicidade; n° 19, segundo semestre de 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1999.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2003.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 2°. Ed. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. 2° Ed. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- CARNIEL, Fagner. **A invenção (pedagógica) da surdez: sobre a gestão estatal da educação especial na primeira década do século XXI**. Tese de doutorado – PPG em Sociologia Política, UFSC, Florianópolis, SC: 2013.
- COLOGNESE, Silvio Antônio. **Associações Étnicas de Italianos: Identidade e Globalização**. São Paulo: Itália Nova Editora, 2004.
- COLOGNESE, Silvio Antônio; ROSSI, Diego. **Os Encontros de Parentelas Italianas**. Cascavel, PR: Coluna do saber, 2007.
- COLOGNESE, Silvio Antônio; ROSSI, Diego **Cidadania Italiana: Motivações e Expectativas**. Porto Alegre, RS: Escritos, 2009.
- COLOGNESE, Silvio Antônio. A Fronteira Como Unidade de Análise nos Estudos sobre Gerações e Italianidade. In SCHALLENBERGER, Erneldo (org.). **Identidades nas Fronteiras: Território, Cultura e História**. São Leopoldo, RS: Oikos, 2011.
- COMBESSIE, Jean-Claude. **O método em sociologia: o que é, como faz**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2004.
- DOMINGUES, José Maurício. Gerações, modernidade e subjetividade coletiva. In: **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, 14(1), p. 67-89, maio de 2002.

DONATI, Pier Paolo. **Familias y Generaciones. Desacatos.** Distrito Federal, México. Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropologia Social. 002, 1999.

EISENSTADT, Shmuel Noah. **De Geração a Geração.** São Paulo, SP: Perspectiva, 1976.

FAULHABER, Priscila. A fronteira na antropologia social: as diferentes faces de um problema. In: **BIB**, São Paulo, n° 51(1), p. 105-126, 2001.

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmen. O conceito de gerações nas teorias sobre juventude. In: **Revista Sociedade e Estado.** Volume 25, número 2; Maio/Agosto; Brasília, 2010. P. 185-204.

GREGORY, Valdir. **Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial: Migrações no Oeste do Paraná.** Cascavel, PR: Edunioeste, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** 2ª edição. São Paulo, SP: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade.** 4º Ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2000.

HOBBSAMW, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1997. P. 09-25, 271-316.

LALANDA, Piedade. Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica. **Análise Social.** Vol. XXXIII (148), 4º (871-883), 1998.

MANNHEIM, Karl. El problema de las Generaciones. **Reis.** 62/93, 1993. P. 193-242.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/Projetos globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: Edgardo Lander (org.). **A colonialidade do saber. Eurocentrismo e Ciências Sociais.** Perspectivas Latino-americanas. São Paulo: CLACSO, 2005. P. 71-104.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** 6º Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. P. 7-167.

MOTTA, Alda Britto da; WELLER, Wivian. Apresentação: a atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológica. **Revista Sociedade e Estado.** Volume 25, número 2; Maio/Agosto; Brasília, 2010. P. 175-184.

NOPEs, Adriane. **Os "outros" por baixo dos "outros": o caso das "favelas" no Brasil.** Oficina do CES (Centro de Estudos Sociais) n°393, novembro. Coimbra, 2012.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia estrutura social.** São Paulo, SP: Pioneira, 1976.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo, SP: Fundação Editora da UNESP, 1998.

RAMOS, Elsa. As negociações no espaço doméstico: construir a “boa distância” entre pais e jovens adultos “coabitantes”. In: BARROS, Myriam Lins de (Org.). **Família e gerações**. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2006.

RIBEIRO, Betânia Oliveira Laterza; SOUZA, Sauloéber Társo de; SILVA, Elizabeth Farias da. Educação e gênero no interior de Minas Gerais: formação de professores e rupturas nas relações tradicionais de domínio. **Revista HISTEDBR on-line**. Campinas, n° 29, p. 233-243, março 2008.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Transmissão Geracional e Família na Contemporaneidade. In: BARROS, Myriam Lins de (org.). **Família e Gerações**. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2006.

SAID, Edward W. **Orientalismo. Representações ocidentais do Oriente**. Lisboa: Ed. Cotovia, 2004.

SCOTT, Parry. Gerações e famílias: polissemia, mudanças históricas e mobilidade. **Revista Sociedade e Estado**. Volume 25, número 2; Maio/Agosto; Brasília, 2010. P. 251-284.

SILVA, Elizabeth Farias da; NOPEs, Adriane; VILELA, Claudia O. Cury. Modernidade, Modernização e Educação: apontamentos sobre a categoria modernidade e possibilidades de crítica. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; SOUZA, Sauloéber Társo de. **Grupos escolares na modernidade mineira: Triângulo e Alto Paranaíba**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2012. P. 43-64.

SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Obrageiros, Mensus e Colonos: história do Oeste paranaense**. Curitiba, PR: Ed. Vicentina, 1982.

WALZER, Michael. **Da tolerância**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1999.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol. 1. 4° Ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Revista Sociedade e Estado**. Volume 25, número 2; Maio/Agosto; Brasília, 2010. P. 205-224.

YNCERA, Sánchez de la. La Sociologia ante el problema Generacional: anotaciones al trabajo de Karl Mannheim. **Reis**. 62/93, pp. 147-192, 1993.